

CRISE E REARTICULAÇÃO DAS OLIGARQUIAS NO PARÁ

Marília Ferreira Emmi
Rosa Elizabeth Acevedo Marin*

Aquela época os reis da mata que nós chamava os reis dos patrões era Dianor Maranhão, João Grande, Plínio Pinheiro, Farides, finado Adi Mussal, Benedito Mutran, Nagib Mutran, Augusto Freitas, esse pessoal todo era tuxaua naquela época. Os reis sob essas matas, era o Justino, era o Raimundo Rosa, era da Nova descoberta era Ronaldo Ponte da Serra Cardoso. Esses tudo era os reis desbravadores da mata viva a custa de nosso suor, desses companheiros.

*Abrão Pinheiro, ex-castanheiro de Marabá***

RESUMO: Estudam-se, neste artigo, as formas originais e renovadas de controle do poder, utilizadas pela oligarquia paraense, bem como os fatores que influenciaram fases de seu declínio e revigoramento. Discutem-se também as tentativas de rearticulação que privilegiam o clientelismo como elo entre os escalões do poder.

UNITERMOS: Oligarquias no Pará; clientelismo; reforma agrária; coronelismo.

À estrutura de poder, caracterizada pelo controle político e econômico exercido através de uma extensa rede de relações em que predominam mecanismos de dominação/subordinação, convencionou-se denominar de oligarquias, nos estudos sobre sistemas de poder. A forma desse poder fechado e compartilhado por um pequeno grupo associa-se com as relações pessoais e diretas entre

* Professoras e pesquisadoras do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

** Entrevista realizada a 16 de julho de 1987 e mimeografada com o título "Vida e exploração dos castanheais do Tocantins".

governantes e governados (mandonismo) e com a anulação dos mecanismos de representação¹.

As interpretações teóricas trazem *velhas e novas* contribuições que permitem discernir melhor as estruturas oligárquicas. Originalmente, a fonte dessa teorização encontra-se nos estudos sobre elites políticas, embora o conceito tenha adquirido maior relevância e aplicabilidade na caracterização dos sistemas políticos vigentes em alguns países do Terceiro Mundo, na segunda metade de século XX. Os estudos de Shils² e Bourricaud³ sobre a realidade de países como Peru, México, Argentina e Chile ampliaram e atualizaram as dimensões do fenômeno político das oligarquias

No Brasil, o poder vigente na sociedade agrária pós-escravista foi compreendido nos moldes do patrimonialismo por Faoro⁴, e do patriarcalismo por Freyre⁵ e Guimarães⁶, que refletiram sobre a herança de séculos de escravidão e os dilemas da República. Em 1908, Silvio Romero escreveu *Provocações e debates*, obra que contém a mais antiga classificação das oligarquias conhecida na literatura brasileira: constitui uma interessante descrição sobre a emergência e tensões no interior dos grupos oligárquicos no Brasil. Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz atêm-se às formas do mandonismo e clientelismo registradas nas experiências do poder dos "coronéis", e aos conflitos e compromissos entre os poderes local e central.

Oliveira⁷ debateu a homogeneização do poder pela submissão de grupos regionais ao poder central, e ao mesmo tempo examinou a constituição e as formas de persistência de segmentos regionais. Outra vertente abriu-se a propósito da dependência econômica dos países da América Latina e do papel das oligarquias na permanência desse quadro⁸. Mais tarde, a reorientação do tema permitiu a revisão em estudos de casos dos papéis dos coronéis e das oligarquias, a exemplo

1. GARCIA, Henry Pease. *El caso de poder oligarquico: lucha política en la escena oficial (1968-1975)*. Lima, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1977; IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971; BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília, UnB, 1986.
2. SHILS, Edward. *Political development in the new states, 1962*. Apud BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Op. cit. Oligarquia. p. 837.
3. BOURRICAUD, François et al. *La oligarquia en el Peru: 3 ensayos y una polémica*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1969.
4. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre, Globo, 1978.
5. FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 17. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
6. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1963.
7. OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma religião*. São Paulo, Paz e Terra, 1978.
8. CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

do trabalho de Pang (Bahia)⁹, de Lewin (Paraíba)¹⁰ e de Sales (Pernambuco)¹¹. Tal trajetória permite inferir a atualidade do tema das reflexões sobre as velhas e novas formas de poder oligárquico e os aportes de abordagens para o estudo das mesmas. Recentemente, Dahl utilizou a denominação "oligarquias competitivas" para falar dos sistemas de governo em que se registram mudanças de direção de uma *hegemonia fechada* para formas mais liberalizadas, ao se fazer mais competitivo, sem, todavia, promover as oportunidades de debate público e visando o estabelecimento de uma *hegemonia compreensiva*¹².

No Brasil, a democratização deste final de século continua comprometida com as forças oligárquicas. Na vida política republicana entrecruzam-se curtos períodos de participação e oposição, representatividade e oportunidades de debate público. Os sistemas oligárquicos no Brasil, até a década de 50, poderiam caracterizar-se como governos de hegemonia fechada, traço acentuado nos governos militares, embora a força dessas oligarquias estivesse relativizada pelo mando militar.

Essas categorias, encontradas no pensamento de Dahl, poderiam fornecer pistas para o entendimento da permanência de formas oligárquicas no Brasil? A crise e o revigoramento das oligarquias constituem hipóteses interessantes na análise sócio-política do país, mas pressuposições dessa natureza exigem estudos pormenorizados. O que diferenciaria um moderno líder político democrático – a exemplo da figura de Jader Barbalho ou José Sarney – de um oligarca moldado na ação política dos anos 50/60? A atuação dos modernos líderes políticos do Pará afastaria as interpretações das oligarquias dos anos 50? E, afinal, como estão moldadas as lideranças recentes dentro do atual regime político? Continuam vigorando no Brasil esquemas oligárquicos em governos fundados na democracia representativa que empregam mecanismos de clientelismo, parentelismo e mandonismo.

Com essas interrogações básicas pode-se começar a investigar uma parte dos problemas que se impõem a todos os que refletem sobre poder local na Amazônia. No entanto, a produção intelectual sobre o tema das oligarquias na Amazônia, como para o resto do Brasil, continua sendo escassa e as melhores fontes se constituem em depoimentos, discursos de políticos, memória jornalística e, especialmente, memória social. A história contemporânea do país revela quanto é escorregadio falar do poder e, sobretudo, revelar suas nuances, façanhas e fatos de tal forma que não permaneçam submersos na pretensa normalidade das instituições ou no sigilo complacente do clientelismo e do corporativismo.

9. PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquia: 1889-1943*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

10. LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. Rio de Janeiro, Record, 1992.

11. SALES, Teresa. Raízes da desigualdade na cultura política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Anpocs, v. 9, n. 25, 1994.

12. DAHL, Robert. *La poliarquia: participación y oposición*. México, Fecnos, 1993. p. 17-8.

A presença histórica de grupos oligárquicos e seus mecanismos de poder no Pará, especialmente a recomposição da teia de relações com o bloco de poder dominante no estado em diferentes épocas, constitui o arcabouço principal para descrever a força, a crise, o enfraquecimento e as composições com os grupos políticos dos quais podem ser diferenciados. Identificar essa diferenciação nem sempre é fácil. O declínio de determinadas oligarquias no estado poderia ser justificado pela sua substituição por outro grupo oligárquico, tal como é diagnosticado na região Nordeste? Consideramos relevante verificar as formas como elas se aglutinam, a emergência de novos interesses no interior do grupo e as condições que determinariam a relativa perda de hegemonia.

O que acontece na estrutura de poder no Pará mostra-se mais claramente quando se reflete sobre os campos de organização de grupos oligárquicos, em diversos momentos, e os vínculos desses poderes locais com o centro de decisões localizado em Belém, a capital do estado, e com o poder central. A natureza desses poderes e os moldes em que se organizam os grupos econômicos e políticos não giram somente sobre o domínio da terra, embora o mecanismo seja tradicional. É o caso de Marabá, que aqui será examinado.

Duas vertentes realizam a leitura da atualidade do poder oligárquico no Pará: o revigoramento ou a rearticulação¹³, e a crise e a decadência¹⁴. A visão de decadência da oligarquia constitui, ao nosso ver, uma leitura datada do processo político marcado pelo desenrolar de acontecimentos denunciadores do enfraquecimento, em níveis local e nacional, das frações políticas. Entretanto, como estrutura de poder na esfera regional, encontram-se indicações da rearticulação e, sobretudo, da continuidade de suas práticas. Penetrar nos mecanismos de rearticulação é um prisma interessante para entender o sucesso de políticas que asseguraram o revigoramento, bem como conferir as inovações utilizadas para refazer espaços nos governos, mantendo ou ampliando suas redes nas fases de autoritarismo ou no regime democrático.

O grupo oligárquico no Pará tem sido insistentemente retratado sob condição de crise. Discute-se, neste artigo, formas originais e renovadas de controle do poder utilizadas pela oligarquia, além de lançar pistas sobre os fatores que estariam

13. ALMEIDA, Alfredo W. Getat – Segurança Nacional e o revigoramento do poder regional. *Reforma agrária* (Boletim da Abra). Campinas, n. 2, mar.abr.1981. v. 11, p. 24-41. CASTRO, Edna Maria R.; ACEVEDO MARIN, Rosa. Estado e poder local: dinâmica das transformações na Amazônia brasileira. *Pará Desenvolvimento*. Belém, Idesp, n. 20, jul./dez.1986, jan./jun. 1987. COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém, Sepeq/Naea/UFGA, 1992. 81p. (Estudos Sepeq, 1).
14. EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém, GEU, 1988; EMMI, Marília; ACEVEDO MARIN, Rosa; BENTES, Rosineide. O polígono castanheiro do Tocantins: espaço contestado de oligarquias decadentes. *Pará agrário*. n. 2. Belém, Idesp, jan./jun. 1987. p. 12-21.

influenciando fases de declínio e de seu revigoramento, bem como as diversas tentativas de rearticulação que têm privilegiado o *clientelismo* como elo entre diversos escalões do poder.

As transformações em Marabá abalam o poder tradicional

A oligarquia de Marabá – entendida como grupo controlador dos poderes político, econômico e social locais – conserva na gênese de seu poder a propriedade da terra, associada aos interesses comerciais de exportação da castanha. Está constituída por grupos familiares que em diferentes épocas controlaram o poder. Assim, dos anos 20 até mais ou menos o final da década de 40, essa dominação foi exercida pelo comerciante da castanha e secretário de governo Deodoro de Mendonça e sua parentela. Esse grupo foi sucedido, a partir dos anos 50, por outro composto de comerciantes, fazendeiros e exploradores de castanha, dentre os quais destacou-se o tronco familiar Mutran.

As oligarquias remanescentes exerceram poder absoluto no município, detendo o controle total da terra que dividiam entre si, impedindo a outros o acesso aos castanhais. Controlaram o poder político alternativamente, monopolizando a Câmara Municipal e delegando, através das eleições, seus membros às assembleias estadual e federal.

A convergência dos processos de expansão do capital e da centralização autoritária está fadada a interferir profundamente na estrutura social e política de Marabá. Talvez a mais vital das interferências tenha partido da economia antes centrada no extrativismo vegetal. A mineração industrial e o garimpo, a pequena produção agrícola de proprietários autônomos – os colonos – e a pecuária vêm romper o quase exclusivismo da atividade de coleta da castanha. O comércio se ampliou, os bancos instalaram-se e um setor terciário emergiu independentemente da castanha. Com as empresas de mineração e de construção civil, além do garimpo do ouro, “o dinheiro corre” na cidade de Marabá e a monetarização da economia parece generalizar-se. A construção da Transamazônica e a conclusão da rodovia estatal PA-70, hoje BR 222, abrem Marabá ao tráfego rodoviário e permitem a entrada de ônibus interurbanos e de transporte pesado. A introdução da colonização oficial em lotes de 100 hectares provoca uma enxurrada de imigrantes e inova um campesinato precário (porque não tem base estável)¹⁵, mas independente da oligarquia local que fica à margem de sua constituição.

15. A população do município, que teve crescimento acelerado entre 1960 e 1970 quando somava 24.474 habitantes, chega a dobrar nessa última década, perfazendo um total de 59.745 em 1980. Em 1991, estimou-se a população de Marabá em 122.231 habitantes.

A construção da hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Carajás e a ferrovia Carajás-Itaqui contribuíram para que boa parte da mão-de-obra da castanha para eles se deslocasse. As diferentes opções de trabalho que surgem para os antigos castanheiros constituem um problema para os donos de castanhais, habituados a ter à disposição mão-de-obra abundante, subordinada a relações de dependência do tipo paternalista. Pela primeira vez, o movimento da população sai fora do controle da oligarquia. São implantadas formas de produção e de relações sociais alheias às que tinham sido estabelecidas ao longo de meio século.

Como consequência dessa diversificação, a função e o uso da terra deixam de ser associados prioritariamente ao extrativismo vegetal. As terras contíguas à Transamazônica são destinadas pelo Incra para propriedades agrícolas de pequenos produtores. A Sudam incentiva através de isenções fiscais a formação de grandes propriedades pecuárias. As mineradoras multiplicam os pedidos de alvará de lavra e a Companhia Vale do Rio Doce recebe do estado o controle sobre um extenso território. As transações públicas e privadas em torno da terra se multiplicam e, nesse processo, a terra é comercializada. Trata-se, desta vez, da terra nua e não mais de benfeitorias. A terra torna-se mercadoria como qualquer outra.

Os latifúndios tradicionais foram pouco afetados fisicamente. Perderam em termos de área, mas receberam indenizações compensadoras (por exemplo, a área desapropriada para a implantação de Nova Marabá pela Sudam), acrescidas da valorização das terras. Em termos de poder, os latifundiários são alijados pela primeira vez dos processos de decisão e experimentam relativa perda de hegemonia local. Esse processo ocorre ao mesmo tempo em que se transformam o destino e o próprio significado da propriedade fundiária.

Em 1960, apareciam como principais latifundiários da castanha as famílias Mutran, Almeida e Moraes que, juntas, controlavam 55.935 ha. Essa concentração se reforça nos anos posteriores dando às mesmas famílias 125.954 ha em 1970. Após essa data, os números param de crescer substancialmente, atingindo apenas 193.186 ha em 1975 e 200.385 ha em 1980. É a partir daí que aparecem novos componentes na distribuição dos castanhais: passam a concorrer uma companhia exportadora de Belém, a CIB, Companhia Industrial do Brasil, criada em 1960 e pertencente às famílias Chamie e Chady; e sobretudo um grande banco nacional em fase de expansão que também adquire e explora castanhais: o Bamerindus. O monopólio exclusivo das famílias tradicionais é quebrado¹⁶.

16. O aforamento é uma modalidade jurídica de apropriação da terra em que o Estado mantém-se como proprietário e o foreiro detém o direito de uso. Ao considerar os dados fornecidos pelo Iterpa em 1980, sobre as áreas de aforamento de castanhais, tem-se a impressão da persistência do poder tradicional de algumas famílias. Para nos restringirmos a um caso bastante singular, constata-se que as terras aforadas pelo Estado ao tronco familiar Mutran totalizam 131.332 ha, correspondente a 21,40% da área total aforada no município de Marabá. Entretanto, uma

A mera consideração dos aforamentos de castanhais e das propriedades cadastradas não reflete corretamente essa diluição de domínio¹⁷. Mais numerosos que os proprietários são os posseiros que se instalam em terras devolutas, constituindo um componente novo com que se confrontam os antigos donos do poder. Trata-se de trabalhadores sem terra, anteriormente ocupantes de terras devolutas e que agora passam a questionar, ou mesmo desconhecer, a propriedade improdutiva. A luta empreendida pela conquista dos lotes contribui significativamente para abalar a hegemonia dos donos de castanhais. Esses trabalhadores não integrados à teia de relações de dominação/subordinação da oligarquia não reconhecem o "direito" dos oligarcas aos latifúndios. Iniciando por ocupar temporariamente pequenas áreas, distribuem entre si terras de castanhais antes inatingíveis e desafiam abertamente o poder de seus opositores.

Paralelamente a essas mudanças, ocorre o deslocamento do centro de decisão no que diz respeito às questões locais. Em nível estratégico, a irrupção da "guerrilha do Araguaia" na área de Marabá, nos primeiros anos da década de 70, e a importância que o Estado deu à sua repressão entre 72 e 74, envolvendo nela de 10 a 20 mil soldados¹⁸, implicavam necessariamente um deslocamento do

investigação mais acurada mostrará a fragilidade dessa impressão inicial. É certo que persistem no município esses grupos remanescentes do "poder tradicional" alicerçado na economia da castanha, detentores ainda de grandes extensões. Todavia, não são mais os únicos. Em 1980, um total de 168 lotes, representando 613.721 ha aforados em Marabá, 62 deles pertencentes às famílias Mutran, Almeida e Moraes, aos quais foram acrescentadas em 1965 as famílias Azevedo (totalizando aproximadamente 37% dos lotes da área), catorze pertenciam ao Banco Bamerindus (entre 8 e 9% dos lotes e da área) e treze eram da CIB (cerca de 8% dos lotes e da área). Enquanto as famílias tradicionais detêm 37,3% da área, as duas empresas conquistaram 17%, mas 79 outros foreiros menores obtiveram, juntos, uma área equivalente a 45,7% do total.

17. Em 1980, Marabá deixa de ser apenas a terra dos castanhais como foi conhecida até o fim dos anos 60. É terra de colonização, terra da pecuária, terra da mineração do Carajás. A corrida para essas outras "terras" está bem refletida nos cadastros do Incra, em que pese sua ambigüidade. Mesmo descontando o crescimento que se deve à normalização do processo de cadastramento, o aumento do número de imóveis e de áreas apropriadas continuaria impressionante. Os imóveis declarados passam de 661, em 1972, para 954, em 1976, e 2.451, em 1981. A área total sobe de 810.750 ha para 1.361.626 ha e 2.977.708 ha no mesmo período. Para o número de imóveis e a área declarada registra-se um aumento de aproximadamente 270% em menos de dez anos. Apesar da colonização oficial ao longo da Transamazônica, a estrutura fundiária reforça a sua concentração: os minifúndios perdem sua importância relativa, enquanto os latifúndios aumentam sua importância numérica (passando de um quarto, para mais de um terço do total) e mantêm o quase exclusivismo em termos de área (94% do total, tanto em 1981 quanto 1982, para as propriedades de 1.000 ha ou mais). O monopólio fundiário das oligarquias locais é quebrado. De 44% da área total declarada em 1972, as antigas famílias caem para 33% em 1976, e apenas 14% em 1981. Processa-se uma diluição de seu domínio num universo substancialmente ampliado e bastante diversificado. O maior conjunto familiar representa agora menos de 6%. Esses dados alteraram-se após 1987/88 com as "composições amigáveis" praticadas pelo Mirad.
18. MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política local*. São Paulo, Hucitec, 1980.

ponto de referência do poder regional para nível nacional. Por outro lado, o volume de investimentos comprometidos no Projeto Carajás e o apelo aos financiamentos estrangeiros para sua execução exigem garantias de tranqüilidade pública que só o poder central podia oferecer: o município de Marabá é considerado por decreto federal área de Segurança Nacional. É no interior desses acontecimentos que se insinua uma nova "liderança" oriunda da área de Segurança Nacional e estranha ao poder tradicional – o major Curió. Comprometido com a violência instaurada quando da repressão à guerrilha, ele conseguiu impor-se ao controle do garimpo da Serra Pelada com uma mistura particular de repressão e paternalismo.

Houve, portanto, uma ruptura de relações de poder com o advento do regime militar, que se fez representar na região pela Operação Amazônia entre outras. A região de Marabá foi particularmente atingida por medidas especiais do movimento de federalização. O município foi cortado pela BR-230 e grande parte de suas terras ficou em áreas abrangidas pelo decreto nº 1164/71, incluindo-se nelas latifúndios de grupos tradicionais, embora o decreto ressaltasse "os direitos adquiridos e as situações juridicamente constituídas", como é o caso do aforamento de castanhais. Em 1980, sem muita participação local, o decreto 1967 de 1º de fevereiro cria o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, o Getat, diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional e com jurisdição em uma área de aproximadamente 200.000 km, compreendendo o sudeste do Pará, o extremo norte de Goiás e o extremo oeste do Maranhão. Esse órgão subordinou todas as demais instâncias fundiárias estatais, como a Coordenadoria Espacial do Araguaia-Tocantins (Ceat-Incra), às Coordenadorias Regionais do Incra, aos projetos fundiários e até, em certa medida, ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa). A dependência do Conselho de Segurança Nacional identifica a polivalência de sua função, que abrange, ao mesmo tempo, os planos estratégico e econômico, penetrando, assim, no campo político¹⁹.

19. No plano político, duas medidas do poder federal vão repercutir particularmente em nível local: a extinção dos partidos anteriores a 1964 e a declaração que define o município como área de Segurança Nacional. Com as alterações por que passa o regime político brasileiro nesse período, a vida política de Marabá adquire, inevitavelmente, novos contornos. É o momento em que o Pará era governado pelo pessedista Aurélio do Carmo. Nessa época, em Marabá, a UDN apresentava-se dividida em duas facções: a primeira liderada por Pedro Marinho de Oliveira (cunhado do fazendeiro João Anastácio de Queiroz), dono de castanhal, fazendeiro e prefeito eleito para o período de 1962-66. A essa facção se opunham os partidários de Nagib Mutran, eleito deputado estadual em 1962. Visando participar da mesa diretora da Assembléia Legislativa, Mutran faz alianças com o governador do PSD e descontenta não só os seus correligionários de partido como os representantes do PSD em Marabá, decididamente anti-Mutran. Em 1964, acusado de corrupção, Nagib Mutran tem seus direitos políticos cassados e, em conseqüência, perde o mandato. Já com o bipartidarismo em 1966, os grupos representantes da economia castanheira se perfilam na Arena, onde, entretanto, mantêm as antigas facções dos tempos da UDN. A presença das duas facções no mesmo partido revela a verdadeira natureza das divisões e dos conflitos entre capitais individuais no interior do capital global coeso na luta contra o trabalho. Nagib Mutran, ainda que cassado,

A passagem do município para a área de Segurança Nacional vai acelerar a perda da influência direta da oligarquia na política local. Os prefeitos nomeados, comprometidos com o regime autoritário e desvinculados dos grupos locais, oferecem resistência passageira e discreta oposição à oligarquia, como se pode deduzir da atuação de Elmano Melo (1971-72) e Haroldo Bezerra (1974-79), interventores escolhidos e nomeados pelo governo federal fora dos grupos tradicionais. As duas gestões promoveram alguns processos de desapropriação de terras da família Mutran.

A aprovação da nova Lei Orgânica dos partidos em fins da década de 1970 resultou na extinção das agremiações partidárias Arena e MDB e estabeleceu condições para a criação de novos partidos. Nas eleições de 1982 aparecem, já com registros definitivos e concorrendo às vagas abertas na Câmara Federal, no Senado e nas Assembléias Legislativas, os seguintes partidos: PDS, PMDB, PDT, PTB e PT.

Nesse momento, surge como novidade, em Marabá, a formação do diretório de um partido de oposição, o PMDB – o primeiro a se formar depois de 1964. A divisão já latente no seio do partido governista se acentua com a indicação de Alacid Nunes para o governo do estado, em detrimento da candidatura de Jarbas Passarinho. O acirramento do antagonismo entre os dois grupos culmina em 1980 com o rompimento de fato, quando treze deputados liderados por Alacid Nunes deixam o PDS, ingressam no PTB e, posteriormente, no PMDB. Em Marabá, a facção liderada pelos Mutran permanece fiel ao senador Passarinho, enquanto a outra, liderada por Plínio Pinheiro Neto, acompanha Alacid Nunes. Nessa luta interna do PDS, Sebastião Moura, o major Curió, vai abrindo seu espaço político em oposição à facção dos Mutran, ainda que estes sejam apoiados por Jarbas Passarinho.

A disputa entre as duas facções pedessistas em 1982, lideradas respectivamente pelos coronéis Jarbas Passarinho (primeiro governador após o golpe de 64 e então senador da República) e Alacid Nunes (governador em 1966-71 e 1979-1983), deve ser entendida como muito mais que uma divergência de interesses pessoais. É verdade que não existe discordância ideológica entre eles, homens de confiança do regime, mas sim interesses diferentes dos grupos representantes da ditadura militar e que, num plano mais amplo, disputavam o poder.

Em Marabá, a facção jarbista, tendo à frente o grupo Mutran, não consegue ampliar sua influência além da esfera local. O senador compartilhava o projeto da integração da Amazônia na economia nacional e por isso resistia às pressões locais. Alacid Nunes, líder no poder, havia selado pacto de solidariedade com as diversas facções oligárquicas do Pará, mas sua influência era restrita. A ruptura entre essas lideranças com seus respectivos campos de influência contribuiu para a emergência

consegue eleger como deputado estadual seu filho Oswaldo, que posteriormente também foi acusado de corrupção e teve anulados os seus direitos.

do vereador Jader Barbalho, advogado e líder estudantil que, nesse quadro político conturbado, lança-se candidato a governador apoiado por Alacid Nunes. Barbalho foi eleito e precocemente arrastou um triunfo eleitoral para o PMDB²⁰.

Poder local e articulações durante a Nova República

Os quadros da política de Marabá distanciam-se cada vez mais da época em que tudo se resumia a uma disputa entre os oligarcas da castanha pelo controle do poder local. A unificação do mercado nacional confronta outros agentes econômicos mais poderosos que vão se tornar hegemônicos e, igualmente, surgem novos atores e novas lideranças políticas.

No início da década de 80, a hegemonia da oligarquia castanheira foi sensivelmente abalada pela situação mais vantajosa do grupo do major Curió em Marabá e pelo tipo de poder econômico e político que o sustentava. Todavia, ela tentará se rearticular para defender seu domínio fundiário e salvaguardar parcela do poder político conquistado.

Os donos de castanhais procuram resistir às ameaças que provêm do movimento de trabalhadores orientado para a ocupação das terras. Considera-se esse fato político um fator de subversão da ordem vigente, uma vez que suas propriedades eram “naturalmente respeitadas” por aqueles que se integravam em posição subalterna na estrutura de dominação patrimonialista. Não é verdade que antes o exercício dessa dominação se fizesse sem contestação, porém o movimento dos trabalhadores não chega a incomodar os oligarcas que possuíam mecanismos de coação suficientes para conter os ocupantes, impedindo que a contestação saísse da esfera individual e assumisse maiores proporções. Os conflitos pela posse da terra na região de Marabá só irão ganhar mais evidência a partir da década de 70 e recrudescer no final da mesma, acentuando-se não só em número, mas em manifestações de violência, no início da década de 80. Esses conflitos opunham grupos de trabalhadores rurais recém-chegados ou de moradores antigos mais os grupos indígenas, aos representantes da oligarquia da castanha e os componentes da empresa capitalista que se expandia na área.

Em Marabá, a desagregação do poder tradicional tem sido lenta. Os conflitos são registrados, em sua maioria, entre donos de castanhais e posseiros, embora tenham ocorrido alguns conflitos por terra entre representantes da empresa capitalista e grupos de posseiros. Desde a expansão do núcleo urbano e o aparecimento das grandes fazendas, os chefes locais avançavam na apropriação gradativa dos *castanhais do povo*, resultando no desaparecimento das áreas de

20. COSTA, Francisco de Assis. *Op. cit.* p. 41.

servidão pública²¹. Ao longo desse processo, a oligarquia latifundiária, apoiada no domínio mercantil e na posse absoluta da terra, articula mecanismos novos de dominação/subordinação para adequar-se à nova realidade. Como grupo que exerceu durante muito tempo a apropriação econômica e a dominação política local, ela é obrigada a redefinir-se para sobreviver no bloco de poder. A tentativa de rearticulação inclui a reação pela força e até mesmo os questionamentos da atuação de órgãos federais na área, pois neles não encontram apoio absoluto a suas pretensões. Esse confronto tornou-se visível nas relações entre oligarcas e o Incra/Getat.

No município, a luta pela terra envolvendo donos de castanhais evidencia-se a partir de 1976. Nesse ano eclodiu um conflito entre João Anastácio de Queiroz Filho, descendente direto do coronel João Anastácio de Queiroz, comerciante da borracha e da castanha, durante muitos anos representante do oligarca Deodoro de Mendonça em Marabá. O conflito envolveu disputas das chamadas "sobras de terras" do castanhal Viraçãozinha. Diante da constatação de que a área pretendida por João Anastácio ultrapassava 3.600 ha constantes em seu título, e em resposta às pressões dos lavradores, o Incra acabou por reconhecer o direito destes últimos. Essa atitude, apesar de contrariar as pretensões da oligarquia, não se institui como fato costumeiro.

Os conflitos continuam a ocorrer durante o final dos anos 70 e o início da década seguinte, entre posseiros e donos de castanhais como Evandro Mutran, Evandro Azevedo, Almir Moraes, Alzira Mutran entre outros. Esses talvez tenham sido os de maior proporção. O quadro completa-se ao relacionar as situações conflituosas, quase cotidianas com a expulsão de lavradores das "sobras de terras". A apropriação dessas áreas pela oligarquia é reforçada pelo Decreto Estadual nº 9.203, de 15 de julho de 1975, que prevê "o direito de incluir em seus aforamentos os excessos de área (...) desde que esse excesso, em cada lote, não ultrapasse 50% da área aforada". Esse dispositivo legal torna-se uma poderosa arma política no desfecho desses conflitos, em favor da oligarquia.

No início de 1984, a grande imprensa de Belém e do sul do país noticiava a existência de uma "quadrilha de pistoleiros" comandada por Dimas que estaria invadindo os castanhais de Marabá. Os donos de castanhais Azis Mutran e Ed Castor denunciam a existência de uma verdadeira "guerra" no interior dos castanhais, apelando até para a intervenção do governo federal. As notícias alcançam repercussão em âmbito nacional: afirmava-se que os castanhais Tabocão, da família Mutran, Pau Ferrado e São José, de Ed Castor, estavam totalmente tomados. Se essa guerra

21. Durante algumas décadas (1920 a 1960) os chamados "castanhais do povo" ou "castanhais de servidão pública" acolhiam pequenos agricultores que, na ocasião das safras, se convertiam em coletores de castanhas. Não eram empregados dos donos de castanhais e não mantinham, como os coletores, vínculos com os "patrões". Vendiam o produto da coleta no núcleo urbano e conseguiam, assim, escapar do controle dos "aviadores".

dos castanhais, que eles afirmavam estar acontecendo, foi denunciada com tamanha veemência, não demorou muito para que se percebesse que não se tratava de uma quadrilha organizada para invadir castanhais. Parecia tratar-se de mais um conflito de terras em que se denunciavam os argumentos de saques e violências dos membros da “quadrilha”, na tentativa de esconder a violência com que os donos de castanhais e seus jagunços estavam atingindo os posseiros²². Sobre esse conflito, as constantes acusações feitas pelos donos de castanhais ao governo do estado foram respondidas por uma nota de esclarecimento publicada nos jornais locais em 4 de fevereiro de 1984, em que se afirma “a existência de posseiros e não de ladrões de castanha como alegam os exportadores”²³. O ano de 1985 foi marcado por chacinas em áreas de castanhais, isto é, violentos conflitos que ocasionaram muitas mortes. É o caso das lutas, com 44 mortos, nos castanhais Pau Ferrado, Surubim, Ubá, Fortaleza e Princesa, todos de famílias oligárquicas.

Mas existem outros indicativos de que o *enfraquecimento* do poder oligárquico deve ser relacionado, em primeiro lugar, com o jogo político decorrente da ruptura com os governos militares. Jader Barbalho assume o governo do estado em 1983, num clima nacional de efervescência, de contestação e pressões para pôr fim ao regime militar.

O ato de transferência do poder das mãos do coronel Alacid Nunes mostrou vários ângulos interessantes. O novo governador congratulou-se pelo sucesso eleitoral e de seu partido PMDB em discurso, definindo “ações para povo e governos pobres”. O tom cauteloso e prudente do discurso é, segundo alguns de seus próprios correligionários, “superficial”. Barbalho enfatiza os “compromissos” assumidos na campanha eleitoral. A peça discursiva atualiza-se com uma referência aos conflitos de terra e designa culpados, afirmando que “boa parte das terras retiradas dos domínios estaduais foi entregue a particulares que não residem e nem sequer trabalham entre nós”; e completa: “conclui-se também que há cada vez menos homens com mais terras e cada vez mais homens com menos terras no Pará”²⁴. O compromisso de solucionar os problemas fundiários do estado ficou dentro de uma declaração nebulosa que se dispersou ao longo do seu mandato. A atitude mais firme em relação à questão fundiária foi tomada para atender às demandas da oligarquia, uma linha de atuação adotada no final de seu mandato de governador, sobretudo em 1987, já na condição de ministro da Reforma Agrária do governo José Sarney, quando fez jus aos seus compromissos com as oligarquias.

22. Acusações feitas por um vereador ao jornal *A Província do Pará*. Belém, 31 jan. 1984.

23. Nota de esclarecimento do Governo do Estado do Pará. *A Província do Pará*, Belém, 4 fev. 1984. p. 3.

24. Discurso do governador do Estado do Pará em 1983. *Ações para povo e governo pobres*. *O Liberal*, Belém, 16 mar. 1983, 1^o Caderno. p. 10.

Jader Barbalho definiu um processo de descentralização e de articulação com as forças do interior do estado como meio de consolidar sua atuação. Seguiu uma política *pragmática* com seu denominado “governo itinerante”, que consistia na transferência temporária do secretariado para sedes municipais. Durante essas sessões de trabalho, o governador e seus auxiliares recorriam à identificação dos “pleitos”, onde eram apresentadas demandas por estradas, escolas, hospitais, serviços de eletricidade, água encanada, transporte e outras. Essa encenação junto às prefeituras permitiu-lhe captar a adesão de forças locais, utilizando amplamente a máquina administrativa e os recursos públicos. Por intermédio dessas relações, algumas prefeituras foram privilegiadas frente às instâncias estatais, tornando-se, ao mesmo tempo, beneficiárias das opções políticas oferecidas pela administração estadual²⁵. As administrações municipais dos aliados partidários do governador também foram privilegiadas, preterindo-se os opositores desmobilizados e com pouca chance de resistir à oligarquia estadual. Uma política de clientela timoneava o barco do governador Jader Barbalho, permitindo-lhe quebrar as resistências pedessistas e ainda neutralizar as representações camponesas no aparelho estatal. Buscou diminuir o poder de pressão dos que advogavam contra a ordem política geral e os interesses políticos e econômicos dos proprietários de terra, numa nítida linha continuísta da “política de favor” dentro dos padrões tradicionais de governo.

A oligarquia Mutran voltou ao poder em Marabá com a eleição do médico Nagib Mutran Neto, com ampla rede de relações assistencialistas entre a população, que assumiu o cargo de prefeito precisamente no momento em que Jader Barbalho ocupava o de ministro da Reforma Agrária. Assistiu-se a uma nova cena de favorecimentos à oligarquia que se convencionou chamar de “negociatas dos castanhais do Tocantins”.

A oligarquia busca novas inserções no poder

A reação de defesa da oligarquia decorreu primeiramente dos conflitos entre a atuação de órgãos estaduais e federais na região dos castanhais, sobretudo do descompasso entre o Iterpa e o Getat (extinto pelo decreto-lei 2.328 de 5 de maio de 1987) sobre a questão dos aforamentos²⁶. Boa parte das áreas de castanhais

25. Esses atos de descentralização aparente eram secundarizados por uma profunda ação centralizadora de poder na Secretaria de Planejamento e na própria figura do governador, a verdadeira instância decisória. Ver CASTRO, Edna Maria R.; ACEVEDO MARIN, Rosa. *Op. cit.*

26. A inquietação tinha sido gerada a partir da idéia de “rever os aforamentos”, quando o Sindicato Rural de Marabá declarou não aceitar transformar o aforamento em concessão, em termos práticos. Em alguns casos, os donos de castanhais entraram com pedido de resgate judicial do aforamento, ou seja, pleitearam que este fosse transformado em propriedade de fato e de direito. Suas pressões foram bem sucedidas: se não houve resgate, o aforamento também não deu lugar à concessão! (PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo, Hucitec, 1980).

encontrava-se sob jurisdição federal a partir do Decreto 1.164, de 1971. No entanto, o Iterpa considerava os aforamentos intocáveis por se tratarem de situações juridicamente constituídas. Por sua vez, o Getat procedeu às demarcações sobre áreas aforadas, discordando da interpretação do Iterpa. Ainda mais: na metade da década de 80, a ordem fundiária vigente encontrava-se sob ameaça maior a partir das propostas alternativas de reforma agrária. Esse confronto reavivado pelo núcleo reformista na burocracia estatal aumentou a insegurança dos “donos de castanhais”.

Outra reação dos latifundiários tradicionais foi às “invasões” dos castanhais, que deve ser interpretada não apenas como uma defesa de seus domínios territoriais, da propriedade, mas também como uma tentativa de manter uma estrutura de dominação política que se enfraquecia com a organização e o questionamento dos trabalhadores. Essa reação expressava-se sob diferentes formas. No plano imediato, pela violência das expulsões por seus jagunços e pela ameaça de criar um pelotão particular de guardas rurais. No plano mais abrangente, pelas pressões aos órgãos do governo, como a exercida em fins da década de 70 pelos donos de castanhais por intermédio de seu sindicato. Desta feita, enviam memoriais ao Ministério da Justiça e ao presidente do Inbra denunciando a ação dos “invasores”, fazendo até acusações a membros da Igreja que estariam atuando como “orientadores” das invasões. Essas denúncias revelam uma pressão da oligarquia empenhada na permanência de um tipo particular de estrutura fundiária. Se antes fazia denúncias isoladas, agora passa a agir em grupo. A primeira ofensiva pública a ganhar bastante repercussão foi a tentativa do Sindicato Rural de Marabá de organizar uma guarda rural nas áreas de castanhais. Em setembro de 1979 essa iniciativa foi divulgada pelo jornal *O Estado do Pará*, a partir de declarações atribuídas a João Anastácio de Queiroz Filho (secretário do sindicato) e do deputado arenista e dono de castanhal, Plínio Pinheiro Neto. Uma ampla nota intitulada “Armas contra os posseiros” resumia a posição dos donos de castanhais diante dos conflitos. A oligarquia não reconhece a autonomia dos movimentos populares, ou seja, não reconhece como sujeitos os trabalhadores que sempre consideraram como objetos de seu mando.

Nos documentos do sindicato patronal, os proprietários tecem críticas à atuação de alguns órgãos como o Inbra e o IBDF, além da atuação do Poder Judiciário que, segundo eles, falhava no sentido de garantir aos legítimos proprietários a tranqüilidade de seu trabalho. A oligarquia se distancia também dessas instituições na medida em que elas apoiavam mais os interesses globais do capital nacional e internacional. Mas, astutamente, procura apoio em seus representantes na política e na magistratura locais. O Sindicato Rural de Marabá, antigo Sindicato dos Proprietários de Castanhais, congrega elementos das principais famílias que, apesar de concorrentes entre si nos negócios da castanha, agregam-se numa associação que expressa seu esforço no sentido de manter a supremacia dos oligarcas numa sociedade em transformação. Essa associação patronal está sintonizada com a Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil, localizada em

Belém, e da qual faziam parte os cinco principais grupos exportadores de Marabá: CIB, Jorge Mutran, Azis Mutran, Benedito Mutran e Evandro Azevedo. Os memoriais elaborados pelo sindicato rural vêm sempre endossados pela Associação dos Exportadores, presidida por Délio Mutran.

Em outubro de 1983, o Sindicato Rural de Marabá e a Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil enviam um memorial ao ministro para assuntos fundiários, através do qual pretendem alertar as autoridades do país para os problemas decorrentes da queda da extração da castanha do Pará. Os signatários listam o corte indiscriminado de árvores, a instabilidade fundiária, as invasões predatórias, a falta de proteção eficaz, e sugerem a revisão fundiária, a mudança de natureza do título, a proteção florestal, além do fortalecimento da política e do judiciário, culminando com a recomendação da "criação de um polígono de preservação permanente ou utilização limitada dos castanhais"²⁷. A utilização desses recursos mostra o empenho em modernizar as ações, insistir na abertura de debates apoiados em mecanismos legais e, ao mesmo tempo, divulgar seus pleitos, por intermédio de setores da imprensa que comungam com a causa da oligarquia.

Nessas ações, não descuidam dos pleitos eleitorais locais e empenham-se no reconhecimento de suas lideranças políticas que desta vez se encaixam dentro da ordem democrática. Os resultados das eleições municipais de 1985 vêm confirmar a perda temporária do controle político local do grupo Mutran. O candidato do PMDB apoiado por forças populares e facções progressistas, Hamilton Bezerra, foi eleito com 11.185 votos e ultrapassou de longe o candidato do PDS Osvaldo Mutran, com 3.863 votos, e o fazendeiro Pedro Miranda de Oliveira, candidato do PFL, que obtém apenas 2.130 votos. As eleições de 1986 trazem nova derrota eleitoral ao grupo Mutran. Nesse pleito, pela primeira vez abandona o partido o representante do governo autoritário e dois de seus membros candidatam-se por partidos diferentes: o ex-deputado do PDS Azis Mutran, pelo PFL, e seu sobrinho Nagib Mutran Neto, pelo PTD; porém, nenhum deles consegue se eleger nesse turno. Nova investida é realizada por Nagib Mutran Neto, em 1988, que desta vez conquista a prefeitura de Marabá.

As articulações da oligarquia orientam-se nos anos 86/87 no sentido de impedir a concretização de desapropriação por interesse social dos castanhais em conflito, objeto de aproximadamente cinquenta processos registrados no Getat, dos quais apenas 31 foram devidamente instruídos. A derrota nesse pleito significaria que a família Mutran perderia catorze castanhais num total de 57.732 ha, a família Azevedo, quatro castanhais com 15.156 ha, e a Companhia Industrial do Brasil (famílias Chamié e Chady), quatro castanhais com 14.999 ha. A oligarquia reage a essa nova ameaça dando entrada a pedidos de reintegração de posse. Por

27. Sobre esse assunto ver EMMI, Marília; ACEVEDO MARIN, Rosa; BENTES, Rosineide. *Op. cit.*

outro lado, buscam ter presença marcante no Grupo de Trabalho dos Castanhais criado pelo Getat e contam ainda, no governo Sarney e na administração do Pará, com setores simpatizantes do velho sonho de resgatar os aforamentos.

O governo Jader Barbalho havia inaugurado uma fase "populista", de "preferência para a maioria sofrida". O discurso é reiterado na sua atuação como ministro da Reforma Agrária, destacando-se com ares de "pacificador" dos conflitos fundiários²⁸. É importante lembrar o recorde do Pará no quadro de conflitos fundiários no Brasil: só em Marabá registraram-se 69 mortes entre 1964 e 1992²⁹.

O ano 1988 marca um capítulo novo nos procedimentos fundiários nas áreas de castanhais. Jader Barbalho ocupa a pasta do Mirad e põe em curso o processo de "composições amigáveis", substituindo o instrumento de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Os "proprietários" dos 56 imóveis (sem correspondência com o lote de processos que inicialmente haviam sido instruídos) contemplados com essa proposta recebem valores acima dos praticados no mercado. Mais que isso, a escolha não respeita os critérios de avaliação do órgão fundiário nem obedece aos procedimentos para fins de desapropriação. Dessa forma, a oligarquia castanheira é a principal beneficiária dos acordos, graças às estreitas relações com a administração do ministro paraense solidário com suas demandas. Mas a autoridade máxima no campo fundiário é igualmente magnânima com setores latifundiários de outros estados da União³⁰.

O tecido político no município de Marabá apresenta-se atualmente emaranhado. O grupo Mutran sofreu duas afrontas significativas: a cassação do deputado estadual Oswaldo Mutran, acusado de envolvimento na morte de um fiscal da Fazenda estadual, e a cassação do ex-prefeito Nagib Mutran Neto. Soma-se a esses episódios o afastamento da juíza eleitoral, nora de Oswaldo Mutran, por comprometimentos durante o exercício da magistratura. O campo de poder dos latifundiários não parece experimentar um processo de estrangulamento. Um estudo recente mostra que entre 1981 e 1984 grupos de fazendeiros tradicionais de Marajó, Salgado, Baixo Tocantins, Bragantina, Belém e Viseu foram beneficiados com incentivos fiscais, o que significa atender a uma reivindicação regionalista³¹, espelhando os compromissos assumidos por Jader Barbalho.

Os últimos governos têm-se mostrado prolixos na política de parentela. As pegadas do governador Jader Barbalho foram seguidas pelo seu vice, no curto período em que esteve à frente do governo, e distribuiu cargos e recompensas à

28. PEIXOTO, Rodrigo. *O problema da construção de carreiras políticas no sul do Pará*. Belém, 1993. p. 6. (Mimeo).

29. ALMEIDA, Alfredo W. *Carajás. A guerra dos mapas*. Belém, Falângola, 1993.

30. Dossiê sobre a atuação do ministro Jader Barbalho no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, ago. 1988.

31. COSTA, Francisco de Assis. *Op. cit.* p. 42.

sua parentela, situação que raiou no maior escândalo público do ano 1995, registrado amplamente pela imprensa local.

O poder das oligarquias no Pará, longe de mostrar uma tendência vertiginosa ao declínio ou desaparecimento, mostra-se oscilante e com forças articuladas detrás dos bastidores, onde se aglutinam facções que conseguem reduzir seus conflitos e choques. As atuais alianças³² no governo do Pará chamam a atenção para essa capacidade de assimilação das oligarquias nos regimes de democracia, mostrando características das denominadas oligarquias competitivas, na acepção de Robert A. Dahl³³. No movimento histórico das oligarquias desse estado definem-se várias trajetórias. A base do seu poder – o domínio da terra – continua relativamente intocada. Até o momento presente, sua permanência deriva da eficiência com que se estabelecem a rede de relações orgânicas em espaços conquistados no bloco de poder.

Referências Bibliográficas

- Armas contra posseiros. *O Estado do Pará*, Belém, set. 1979.
- Castanheiros denunciam clero do Pará. *A Província do Pará*, Belém, 5 set. 1981. p. 2.
- EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém, GEU, 1988.
- E "Sebastião da Terezona" falou! *Folha do Pará*. Belém, 6 mar. 1987. p. 12.
- Igreja estimula conflitos, acusa senador. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 1981. p. 6.
- GOVERNADOR do Estado do Pará Jader Barbalho/1991. Mensagem à Assembléia Legislativa. Apresentada em 15 de fevereiro de 1993. Belém, Seplan, 1993.
- GOVERNADOR do Estado do Pará Jader Barbalho/1991. 15 anos em 4. A caminhada da transformação. Relatório. Belém, 1991.
- INCRA. Situação cadastral e tributária dos projetos agropecuários aprovados pela Sudam no Estado do Pará. Belém, 1980.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- ROMERO, Silvio. Provocação e debates, 1908. *Apud BASTOS, Abgvar. História da política revolucionária no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1969. p. 24.
- SINDICATO RURAL DE MARABÁ. Preservação da castanha e regularização fundiária nas áreas de castanhais. Marabá, 1980.

32. O governador Almir Gabriel foi eleito pela coligação União pelo Pará (PSDB/PFL/PSB/PTB/PDT/PC do B/PPS e PCB). Em 1995 foi selado um acordo entre esses grupos com antigos opositores, principalmente o PMDB, agremiação partidária do atual senador federal pelo Estado do Pará, Jader Barbalho.

33. DAHL, Robert. *Op. cit.*

CRISIS AND REARTICULATION OF THE OLIGARCHIES IN PARÁ

ABSTRACT: This paper studies the original and the renewed techniques of power control used by Pará's oligarchies, as well as the factors that led to its decline and revitalization. It also discusses the attempts of rearticulation that favor clientelism as the link between the various levels of power.

KEYWORDS: Oligarchy in Pará; clientelism; traditional power; agrarian reform; colonelism.



Sertanejos.

Foto: Carlos Rodrigues Brandão.